© 2014 – Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau – Cx. P. 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Coleção *Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA – E-book*

Direção:
Paulo Roberto Staudt Moreira (Coordenador do PPGH-Unisinos)
Maria Cristina Bohn Martins (Linha de Pesquisa Sociedades Indígenas, Cultura e Memória)
Hernán Ramiro Ramírez (Linha de Pesquisa Poder, Ideias e Instituições)
Marcos A. Witt (Linha de Pesquisa Migrações, Territórios e Grupos Étnicos)

Conselho Editorial:
Eduardo Paiva (UFMG)
Guilherme Amaral Luz (UFU, Uberlândia, MG)
Horácio Gutierrez (USP)
Jeffrey Lesser (Emory University, EUA)
Karl Heinz Arenz (UFPA, Belém, PA)
Luis Alberto Romero (UBA, Buenos Aires, Argentina)
Márcia Sueli Amantino (UNIVERSO, Niterói, RJ)
Marieta Moraes Ferreira (FGV, Rio de Janeiro, RJ)
Marta Bonaudo (UNR)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Roland Spliesgart (Ludwig-Maximilians-Universität München)

Editoração: Oikos
Revisão: Organizadores
Capa: Juliana Nascimento
Imagem da capa: Pedro Weingärtner – Procissão interrompida
Imagem disponível de domínio público em:
commons.wikimedia.org, com direitos de uso para qualquer fim
Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

H673 História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas / Organizadores Ana Silvia Volpi Scott et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.
v. 2 (360 p.); 14 x 21cm. – (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA).
E-book.
ISBN 978-85-7843-426-7
1. Família – História. 2. Historiografia. 3. História – Família – Brasil. 4. História – Família – Rio Grande do Sul. I. Scott, Ana Silvia Volpi. II. Cardozo, José Carlos da Silva. III. Freitas, Denize Terezinha Leal. IV. Silva, Jonathan Fachini da.
CDU 316.356.2

Catalogação na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Família italiana no Rio Grande do Sul

Vania Herédia

O presente estudo trata de temática acerca da família italiana no Rio Grande do Sul. Essa temática, envolvente àqueles que estudam a cultura italiana, mostra as profundas transformações pelas quais a sociedade italiana passou a partir da metade do século XIX, quando da passagem da sociedade agrária para a sociedade urbano-industrial decorrente da expansão do sistema capitalista. O estudo trata da família italiana que vive no Rio Grande do Sul após enfrentar o processo migratório e destaca algumas características que esse grupo carregou consigo e que refletem práticas sociais de sua cultura de origem e da adaptação a algumas normas que foi obrigado a assimilar diante das circunstâncias impostas pelo processo migratório. O estudo evidencia algumas características que marcam a família italiana que se instala nas comunidades rurais no Sul do Brasil. Os limites dessa análise encontram-se na amplitude do tema e na necessidade de reduzir a família italiana aos estudos migratórios e de ver como os mesmos a tratavam para poder explicitar suas dinâmicas, seus valores e suas relações no nosso país.

O processo imigratório italiano

Para examinar a família italiana, é necessário lembrar que a Itália como nação se unifica apenas na metade do século XIX, o que significa que a integração de diversas regiões políti-

co-econômicas não é tão antiga e tem reflexos culturais peculiares dependendo da localização. A Itália, após o Congresso de Viena, estava dividida em diversos reinos, dominados por estrangeiros, sendo o mais importante o Reino do Piemonte-Sardenha, sob o comando da casa de Savoia. A Itália sofreu, sob a tutela do Império Austríaco, várias tentativas de unificação desde 1848, mas a unificação do reino ocorreu apenas em 1861 quando os deputados de todos os estados reconheceram a autoridade de Vitor Emanuel II como rei da Itália.

Na época da Unificação, a Itália era um país tipicamente agrícola, e uma grande parte da população vivia dessa atividade. Muitos problemas assolavam essa nação tais como: a ruptura das antigas relações feudais e o desenvolvimento dos meios de transporte pelos investimentos nas estradas e mais tarde nas ferrovias, o que fazia com que ocorresse uma aproximação do modo de vida dos habitantes do interior, do campo, aos mercados urbanos e provocava transformações profundas na economia rural.

Esses aspectos, associados a fatores econômicos de modernização de outros países, fizeram com que a economia enfrentasse uma série crise no modo produtivo. O crescimento da concorrência internacional afetou os preços dos produtos no mercado, e a crise que envolveu a agricultura europeia se refletiu na expansão desse mercado. À medida que a crise agrária se agudizava, a população italiana não conseguia resolver as questões básicas de sobrevivência para enfrentar a miséria e a fome. Dessa forma, a emigração transoceânica apareceu como solução para uma parcela considerável da população. A emigração permanente vem precedida da emigração temporária da qual os italianos já tinham experiência em busca de trabalho fora da pátria.

Conforme dados estatísticos da Direção-Geral de Estatística do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio da

Itália, em 1876, a maior parte da população emigrante provinha do campo. A região mais atingida pela crise econômica foi o Norte da Itália que acabou fornecendo o maior contingente de emigrantes naquela época. Os dados citados por Trento (1989: 39) sobre a emigração italiana para o Brasil, no período entre 1876 e 1886, mostram que 71.802 italianos saíram do Reino sendo 21.264 do Vêneto e de Friuli. A experiência positiva estimulou que o fluxo emigratório continuasse e, na década seguinte, o número de emigrantes italianos aumentou de forma gradativa. No período de 1887-1895, 492.261 italianos partiram da Itália para o Brasil sendo 353.445 da Itália do Norte em confronto com 107.649 italianos do Sul e das ilhas. No período sucessivo, de 1896-1902, 372.913 italianos deixaram a Itália sendo que 112.255 eram do Norte, e 198.040, do Sul.

A grande emigração representou a solução de muitos problemas para os que viviam na Itália, entre eles, a solução do excesso demográfico camponês, proveniente de áreas de pequena produção agrícola independente do Norte da Itália. Franzina (2006: 34) salienta que a emigração "precisa ser analisada no contexto da transição de um país agrícola e pré-industrial a um estágio de relativa e totalmente específica, maturidade capitalista". Os fatores de expulsão e os de atração facilitaram e estimularam a grande emigração. Para o Brasil, era importante a instalação do trabalho livre, pela mão de obra especializada, branca e para os italianos, o Brasil lhes oferecia a possibilidade de acesso à terra que era um sonho para os imigrantes e suas famílias.

A emigração europeia para o Brasil foi estimulada pelo Governo Imperial a partir da Lei Geral de 1848, quando o governo cedeu a cada uma de suas províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas com o fim exclusivo de colonização. Em 1850, a Lei de Terras estabelece os critérios referentes à formação das colônias agrícolas e das sesmarias, e, em 1854, a

orientação do governo é alterada e definida: a colonização se faria à base de venda da terra e da indenização das despesas nos cinco anos subsequentes ao estabelecimento das colônias, cabendo à Repartição Geral das Terras Públicas a delimitação das mesmas. (HERÉDIA, 1992: 25).

Após essas iniciativas, o governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul solicitou ao governo imperial mais terras para ocupação em 1870. Recebeu a concessão pelo Ministério da Agricultura de dois territórios de 16 léguas quadradas cada um, situados nas terras livres que se estendiam entre o rio Caí e os Campos de Cima da Serra e o município de Triunfo. (MANFROI, 1975: 59). Tem-se, então, a ocupação da Encosta Superior do Nordeste do estado. Essa iniciativa não correspondeu ao esperado, e esse projeto foi devolvido ao Governo Imperial entre 1875 e 1876. A retomada da colonização pelo império fez com que as colônias criadas fossem ocupadas, e o resultado dessa investida foi o povoamento das colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, a fundação da colônia "Fundos de Nova Palmira" que logo depois se tornou Colônia Caxias, e por último, a formação da Colônia Silveira Martins. Essas colônias se tornaram os quatro centros principais de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

A família italiana no Rio Grande do Sul

Os imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul foram estimulados pela política do governo imperial que tinha como finalidade formar colônias agrícolas que abastecessem o mercado interno. Não havia intenção de competir com o latifúndio. Dessa forma, o governo estabeleceu uma série de regras que constituíam a Política de Colonização da Província do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de evitar esse confronto e garantir o sucesso da instalação da pequena propriedade. Essas regras as-

seguraram a instalação da pequena propriedade, do trabalho familiar e da inexistência de escravos nos lotes coloniais.

Essas regras também diferenciavam as famílias italianas que viviam no centro do País. Os imigrantes italianos que se localizaram em São Paulo, haviam sido atraídos para a grande lavoura do café, ameaçada pelo movimento abolicionista na metade do século XIX. "A grande diferença entre as políticas do processo de imigração e colonização era que o primeiro alterava o regime de trabalho, e o segundo o regime de propriedade." (HERÉDIA, 1997: 35).

A imigração italiana que ocorreu no centro do País, especificamente em São Paulo, se deu sob o regime de colonato, regime que regulava as relações entre os fazendeiros de café e os imigrantes, devido à necessidade de mão de obra nas lavouras de café. A vida na fazenda limitava algumas das práticas que os mesmos tinham na terra de origem principalmente porque ficavam restritos aos limites da fazenda e às exigências impostas por seus patrões. Já a família italiana que se instalou no Sul no Brasil teve condições sociais distintas, baseada na pequena propriedade, na livre iniciativa e no trabalho familiar. Ambas as experiências, seja a de São Paulo, nos cafezais, seja a do Sul, nas colônias italianas, a família era tida como elemento de sustentação, cuja união entre os membros garantia a subsistência do grupo, o que a tornava um módulo produtivo.

Manfroi afirma em seu estudo sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul que o "fato mais impressionante e original das colônias italianas do Rio Grande do Sul foi a reconstrução cultural em terras gaúchas, dos vilarejos italianos." (MANFROI, 1975: 202). Essa observação permite transportar esse raciocínio às famílias italianas, que, ao migrarem, trouxeram consigo valores da cultura de origem que mantiveram por meio de algumas práticas sociais. Esse autor diz que não foi a italianidade que gerou a consciência de grupo, mas a

catolicidade que o grupo possuía e que manteve a identidade do grupo por meio dos valores presentes na religião, no trabalho, na família e nas relações de parentesco e de vizinhança. Essa tese não é corroborada por diversos autores, mas serve para mostrar relações que se estabeleceram entre as famílias italianas que se reproduziram no Brasil.

A função institucional da família, qual seja a de garantir a conservação do grupo e de reproduzir a prole fez com que a mesma assumisse um lugar privilegiado na comunidade. Ela se tornou a instituição que organizava economicamente o grupo e, ao mesmo tempo, se responsabilizava pelos vínculos afetivos que o grupo possuía para se manter como grupo. Tornou-se o sistema cultural de referência do grupo.

A família italiana era marcada por um forte espírito de solidariedade que se manifestava nas relações entre os membros da família, no parentesco, na vizinhança e no compadrio. Desde o casamento, quando a família se constituía oficialmente, suas regras eram respeitadas com o intuito de assegurar a estrutura familiar. O casamento monogâmico era visto como uma instituição impossível de ser dissolvida já que estava sustentada em princípios religiosos que não aceitavam a dissolução dos laços estabelecidos pelo matrimônio. Havia muita influência religiosa na constituição da família, uma vez que os italianos, na sua maioria, eram católicos e acreditavam nos princípios do ideário religioso. Isso significava que o casamento era uma instituição que devia durar por toda a vida, e os preceitos religiosos reforçavam os papéis masculinos como representantes da autoridade, o que dava mais legitimidade à família patriarcal. As práticas exercidas pelo pai eram mantidas pelo respeito que a família delegava ao chefe do grupo social pelo qual era responsável. Não havia dúvidas ante a autoridade paterna.

> A autoridade familiar sempre esteve centrada no pai. Autoridade sagrada e merecedora de respeito. Um relativo afastamento indicava a importância da presença paterna. [...] As

> decisões administrativas cabiam ao pai, que podia vender, comprar, trocar... Consultava a esposa e os filhos mas sempre lhe cabia a palavra decisiva. O manejo das plantações, a determinação das roçadas, a quantidade de cereais a plantar dependiam das suas decisões. (COSTA, 1974: 43).

A família era numerosa, o que representava muitos braços para o trabalho. A grande família era uma característica da família patriarcal, posto que todos colaboravam para a produção familiar, pela divisão de trabalho estabelecida pelo grupo. Segundo Dom José Barea (1995: 16), "uma família com 12 filhos é coisa muito comum; e não são nem raras e nem poucas aquelas que contam 18, 20 e 22". O pai exercia o papel principal de chefe de família, e a produção familiar lhes dava autonomia para a subsistência e envolvia todos os membros do grupo, incluindo as crianças e os mais velhos. A produção familiar pelo controle do pai dava à família vantagens econômicas pela concentração de trabalho realizado em casa, pelos membros do grupo, sem encargos, administrados pela própria estrutura familiar. A mulher exercia diversas funções que abrangiam desde o trabalho na casa até o trabalho na roça. Cabia a ela uma longa jornada de trabalho que se sobrepunha aos demais pelos trabalhos interno e externo pelos quais ficava responsável. As funções domésticas envolviam desde a criação dos filhos, o cuidado da saúde e do bem-estar de todos os componentes do grupo, a preparação da comida, a limpeza da casa e das roupas, a busca da água e da lenha e a preparação do fogo para fazer a comida e outros cuidados. Em algumas estações, eram preparadas conservas de frutas e de alimentos que serviam para as refeições ao longo do ano. A mulher acumulava uma série de papéis auxiliada pelos filhos e pelos parentes que viviam na mesma casa

Tedesco (2001: 27) chama a atenção que, na constituição da família do colono italiano, havia uma "profunda diferenciação de gênero" que se fazia presente nas diversas esferas do

trabalho doméstico. Essas regras se mantiveram mesmo com a modernização pela qual a sociedade passou e refletem a importância da mulher na estrutura produtiva e, ao mesmo tempo, sua condição de subordinação nas relações familiares.

O imigrante italiano reconhece o *status* de ser proprietário, e essa condição lhe coloca em uma posição econômica na hierarquia social distinta do lugar de origem, em que a propriedade era restrita aos estratos mais elevados. O acesso à terra modifica sua condição socialm e esse valor afeta consequentemente a vida familiar. Ser proprietário dá à família um lugar de liberdade, de proteção e de estabilidade social.

Quanto à sucessão, os filhos (homens) sempre foram preferidos, e as mulheres, até algumas décadas atrás, não participavam da possibilidade de dirigir a propriedade familiar. Essa decisão cabia ao pai que habitualmente escolhia o filho mais velho pela experiência que o mesmo havia adquirido no convívio familiar. Segundo Azevedo,

> a terra de que o agricultor tira o sustento de sua família é um patrimônio inalienável da sua linhagem ou de sua família-tronco, devendo persistir indivisa e com a mesma função econômica e social em poder do descendente capaz de o suceder naquele papel. (1975: 267).

Ainda nessa direção, fica evidente o que já havia sido colocado anteriormente acerca das acentuadas diferenças de gênero nas relações de família. A mulher ficava restrita a certas atividades, não exercendo na sucessão a possibilidade de mando, de controle da propriedade e de participação administrativa. Para Azevedo (1975: 267), "esse papel e o correspondente *status* são tradicionalmente masculinos como partes dos atributos de chefe de família e cabeça de casal".

Outro detalhe na sucessão da propriedade, comentado por esse autor, é que a mesma permaneça apenas com um proprietário com o objetivo de que a propriedade não perca seu valor de módulo familiar. Nas heranças, as mulheres partilha-

vam de bens móveis, roupas e até dinheiro. O dote ficava restrito a certos objetos, mas jamais o acesso à terra.

Nas colônias italianas, já no século XX, os filhos (homens), quando casavam e formavam família, recebiam uma parte da terra, o que fomentou com o tempo o fracionamento das propriedades e modificou a tradição da concentração da terra na figura do pai. Segundo Costa, "os filhos homens, ao casarem, deviam ter sua terra. Muitas vezes era difícil compra-la, dando sequência ao retalhamento que se transformou no minifúndio" (1976: 43).

O trabalho e a religião eram valores fundamentais para a família italiana. Eram elementos de identidade cultural que transformavam os imigrantes. O trabalho fazia parte da vida familiar e, desde crianças, apreendiam as tarefas domésticas no trabalho da roça, no cuidado com os animais, no trabalho na horta, nas relações de troca, nas obrigações religiosas, nos cuidados com os próprios irmãos. Quando cresciam, substituíam os mais velhos e davam continuidade à vida familiar que envolvia uma complexidade de ações solidárias, baseadas na cooperação natural. O fato de viverem na mesma habitação estabelecia laços de cooperação, solidariedade, obediência e resignação. Muitas famílias, dependendo do tamanho do lote colonial em que viviam, reuniam até três gerações.

O trabalho foi um dos elementos fundamentais na construção identitária do imigrante italiano. Pelo trabalho, o imigrante superou diversas barreiras e modificou o estigma que trazia de sua terra, marcado pela ideia de pobreza e miséria. Todos trabalhavam na família italiana, e, em muitas circunstâncias, as crianças deixavam de ir à escola para auxiliar os pais no trabalho do campo, na colheita e nas diversas atividades que faziam parte da manutenção da propriedade.

Outro valor importante foi a religião que integrou e estimulou o espírito de solidariedade entre as famílias italianas.

Por meio das práticas litúrgicas, eram alimentados e preservados os valores religiosos que traziam da Itália. A capela tornou-se um símbolo do grupo, parte fundamental da organização comunitária das colônias, onde as famílias revigoravam seus sentimentos de espiritualidade.

As relações de vizinhança eram muito consideradas pela família italiana. Muitas vezes, adquiria maior prestígio do que as relações de parentesco. A proximidade entre os grupos estabelecia laços de solidariedade, marcados pela amizade. Nas necessidades, os vizinhos auxiliavam a família e se tornavam quase parte dela. Havia uma convivência entre essas famílias nas áreas rurais que tornaram as relações de vizinhança um fator importante no suprimento das necessidades básicas, já que minimizava muitas vezes os problemas decorrentes do isolamento.

A passagem da família patriarcal para a família nuclear alterou os papéis sociais que a mantinham integrada. A família nuclear representou a dissolução do grande grupo mesmo que esse tipo de família continuasse ainda a ser numeroso.

Vale lembrar que a família nuclear assumiu uma presença de destaque na sociedade italiana apenas no fim da Primeira Guerra Mundial decorrente do processo de urbanização e do empobrecimento dos trabalhadores agrícolas. Barbagli (2000) chama a atenção que houve um processo inverso no período entre as duas Guerras Mundiais. Justifica que o crescimento das cidades tornou-se mais lento, e o do campo se alargou devido à ampliação dos estratos "dos camponeses proprietários e dos que alugavam a terra mesmo que tenha diminuído aquele dos trabalhadores".

Fávaro justifica essa forma de nucleação devido às mudanças sociais que ocorrem a partir da Primeira Guerra Mundial. Coloca que, enquanto os homens eram recrutados pelos exércitos nacionais para defender os interesses de suas nações, as mulheres eram requisitadas para o mercado de trabalho. Diz

então que "a unidade rural, cujo epicentro era a mulher mais velha, constituía-se, ainda, na grande força de agregação social dos indivíduos" (FÁVARO, 2002: 105.) No fim das guerras, a família não retomou o modelo tradicional e com isso sofreu alterações que antes haviam sido impostas pela necessidade maior e que essa condição não devolveu a mulher para o interno da sociedade rural.

No Rio Grande do Sul, a família italiana rural manteve por muitas décadas os costumes que havia trazido da antiga pátria.

A passagem da família extensa para a família nuclear ocorreu à medida que houve a migração do campo para a cidade, estimulada pelo processo de industrialização já na metade do século XX. A família extensa teve um papel fundamental na reprodução de hábitos e práticas culturais nas áreas rurais como se pode verificar em estudos sobre comunidades rurais.

Dessa maneira, por meio de pesquisas sobre a história de famílias italianas que viviam em áreas rurais na Itália, observa-se que as mesmas possuíam características semelhantes das que viviam em áreas rurais no Brasil. Essa comparação pode ser elucidada em depoimentos como:

> Facevamo tutto noi. Gli uomini non vedevano nemmeno l'acqua da lavarsi gli occhi. La ragazza [la sorella nom sposata del marito] teneva pulita la camera di sua mamma, quella dei suoi fratelli. La suocera, quando si andava in campagna, che se iniciava próprio il lavoro grosso, allora lei faceva anche la mia camera, faceva tutto. E io la mattina, quando lei si alzava per iniziare a fare i lavori, io stavo dietro lei, cominciavo a spazzare dalla prima camera fino all'ultima e poi davo la polvere e quando era ora di andare in campagna lei aveva giá fato tutto. Alla mattina io l'aiutavo molto. C'era tutto il mangiare per i figli, i polli, i maiali, tutta quella roba lì. Si lavorava in campagna fino quando c'era luce. Nonc'erano ore. E cosi tutti. La sera avevo già lavorato abbastanza di giorno, erro stanca e andovo a letto. I piatti la sera non si lavavano, perché la mattina, mentre si scaldava la roba per i maiaili, li

> lavavano anche i piatti. La sera in inverno filavamo. Prima si facevano tutte le robe, poi i bucato, si accomodavano tutte le calze e poi cominciava a filare, perché se volevi farti dele lenzuola la vecchia ti dava dieci chili di canapa e se uma li filava se faceva la tela, se non li filava la tela non la faceva. E allora per fare la tela bisognava filare. D'inverno filavamo fino alle 10,30, le 11. Gli uomini andavano fuori, in paese, o a letto. (BARBAGLI, 2000: 415).

As características que aparecem em ambas são evidenciadas nos seguintes traços: na forma de constituir a família, na dimensão da família pela sua extensão, no elevado número de filhos, nas relações estabelecidas pelos papéis sociais, na organização do ciclo familiar, na vida associativa, na habitação, na forma de tratar o patrimônio, na herança da família e na questão da sucessão das relações de poder.

É necessário ao tratar da família italiana, situar o papel da *mamma* com vistas a examinar a ambiguidade que esse papel assumia na estrutura familiar italiana, fazendo com que mesmo que a família se estruturasse de forma patriarcal, tinha nela a figura de uma mulher que desempenhava uma série de atributos na manutenção do grupo, nas relações de poder, de vizinhança e de parentesco.

As dinâmicas familiares controladas pela figura da *mamma* mostram o poder que a mesma ocupava no grupo, legitimada pelas ações de proteção que assumia ocultamente, dividida entre as diversas representações que a caracterizavam. Na figura da *mamma,* encontra-se a presença da feminilidade, escondida na mulher obediente, trabalhadora, que respeita as regras e defende, a qualquer custo, sua prole; de empreendedora na reprodução das condições materiais no circuito doméstico e no cuidado dos bens familiares, e de dominadora, que supera sua fragilidade pela ação da racionalidade imposta pelas necessidades da luta pela sobrevivência.

A crença de que a mulher era um sexo mais frágil, gerou uma condição de subordinação ao espaço interno na família,

mantido por algumas gerações como campo de exercício de poder. Essa condição, marcada pela sua capacidade de reprodução, dá à mulher, pela maternidade um *status* social carregado de contradições. Ao mesmo tempo que exerce esse poder sobre os membros do seu grupo, aceita o código de posturas da sociedade que a coloca num papel de subordinação social, marcado pelos valores da época, cujas relações não eram igualitárias entre os sexos, e a mulher só poderia desempenhar papéis subalternos.

A maternidade legitimava o poder exercido pela *mamma*. Ela conhecia os segredos do grupo e adquiria um espaço de controle sobre os membros da família. Segundo Fávaro (2002, p. 120), os papéis que exercia lhe davam domínio sobre aqueles pelos quais era responsável. "Ser mãe e num segundo momento ser sogra, viabilizava o exercício de um domínio muito mais denso e direto do que o poder do pai, porque efetivo desde o nascimento do primogênito".

Dessa forma, a autoridade materna se estrutura pela capacidade de reprodução. O poder de reprodução dá à mulher um *status* de cuidadora, mas também daquela que planeja o sustento do grupo, das economias domésticas, das compras e trocas. Exerce, ao longo de sua vida, uma autoridade sobre os filhos e por meio deles também da família pela condição de mãe.

Considerações finais

A formação e a transmissão de valores, que são a base dos comportamentos que ocorrem na vida da colônia italiana, provêm da existência de uma série de instituições que foram trazidas na bagagem cultural dos imigrantes e que pela sua importância foram mantidas vivas nas estruturas que se originaram na nova terra. A família é uma dessas instituições que sobreviveram aos períodos históricos e que foi a base da trans-

missão dos valores humanistas, como: a religião, a educação, a preservação da propriedade, o amor ao trabalho.

A família italiana utilizou como modelo a família patriarcal cujo chefe exercia o papel principal do grupo, decidindo o destino de todos os seus membros. A mulher, mesmo sendo responsável pela reprodução da prole, exercia um papel secundário, muitas vezes escondido nas jornadas contínuas de trabalho que lhe cabiam. As atividades domésticas que envolviam a preparação do alimento, o cuidado com os filhos, o trabalho na roça, no campo e na horta lhe eram atribuídas. A família numerosa tornava o grupo mais forte, uma vez que mais braços eram colocados no trabalho. A família, seja a da cidade, seja a que vivia no campo possuía certa estabilidade. Isso significa que seguiam as regras de seus antecessores e respeitavam o código cultural estabelecido anteriormente. Observou-se que as normas de sucessão eram mantidas, deixando a mulher fora da herança da propriedade, tendo como dote apenas objetos que lhe garantissem a vida em família, voltada para o casamento.

A religião foi um fator importante para a sustentação da família italiana pela força que o Catolicismo representava na vida coletiva dos imigrantes. Influenciava o comportamento da família e seu poder imperativo presente nos discursos religiosos, agia como poder de coerção na educação dos filhos e nas regras entre os cônjuges. Exercia um papel de controle. Os ritos e as liturgias religiosas eram observados pela família que seguia os preceitos religiosos com muita fé, crença e fervor. A religião foi um dos elementos que uniu os italianos e garantiu a devoção à medida que seguiam as orientações dos religiosos. Por meio da religião, a vida coletiva das comunidades se integrava e era motivação para um forte espírito associativo.

A família, como instituição, contribuiu para a manutenção do sistema social. Vista pelos italianos como uma instituição sagrada, teve papel fundamental na reprodução da cultura,

dos valores e das relações sociais. Foi sempre o grupo de apoio, de proteção pela crença que tinha na transmissão das regras o fim de integrar o indivíduo à sociedade pelos ensinamentos básicos de convívio coletivo. A formação da consciência coletiva começava na família, no aprendizado do modo de ser coletivo, nas ações dos pais e avós, nas regras impostas e nas negociadas, na reprodução dos hábitos e dos costumes.

A família se colocava como elemento de conservação social à medida que assumia o papel de sustento econômico do grupo pela interdependência que estabelecia entre seus membros. Sob o comando do pai, a divisão do trabalho expressava os diversos papéis que os membros do grupo desempenhavam, e essa integração se repercutia na comunidade como forma definida de controle social, de estratificação, de proteção e da própria reprodução. Ao homem, o poder, à mulher, a subalternidade. Os papéis sociais definiam o grau de subordinação e de obediência.

Referências

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos:* os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1975.

BARBAGLI, Marzio. *Sotto lo stesso teto:* mutamenti dela famiglia in Italia dal XV al XX secolo. Bologna: Mulino, 2000.

BAREA, José Dom. *A vida espiritual nas colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 1995.

COSTA, Rovílio. *Antropologia visual da imigração italiana.* Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: EDUCS, 1976.

COSTA, Rovílio et al. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul:* vida, costumes e tradições. Porto Alegre: EST, Sulina, 1974.

FÁVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas:* contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.

FRANZINA, Emílio. *A grande emigração:* o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *L'industria tessile nella zona coloniale italiana nel Rio Grande do Sul.* Tese (Doutorado), Università degli Studi di Genova. Genova, Itália, 1992.

_____.*Processo de industrialização da zona colonial italiana.* Caxias do Sul: Educs, 1997.

_____. A família na contemporaneidade: novos arranjos familiares. In: KUIAVA, E.; STEFANI, Jaqueline (Org.). *Identidade e diferença:* filosofia e suas interfaces. Caxias do Sul: Educs, 2010, p. 295-316.

LUZZATTO, Gino. L'economia italiana dal 1861 al 1914. *Studi Economiche in richerche di storia economica italiana nell'etá del risorgimento.* Milano: Banca Comerciale Italiana, 1963.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul:* implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre: Grafosul; IEL,DAC/SEC, 1975.

SERENI, Emilio. *La questione agraria nella rinascità nazionale italiana*. 2. ed. Torino: Einaudi, 1975.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo*: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico:* um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.